

REQUERIMENTO Número / (.ª)

PERGUNTA Número 2293 / XII (3 .ª)

Expeça - se

Publique - se

2014-09-02

O Secretário da Mesa

Jorge Machado
(Assinatura)

Digitally signed by
Jorge Machado
(Assinatura)
Date: 2014.09.02
20:29:01 +01:00
Reason:
Location:

Assunto: CP Carga - um processo de privatização que está a destruir uma importante empresa pública

Destinatário: Min. da Economia

Ex. ma Sr.ª Presidente da Assembleia da República

Fruto da obstinação de privatizar a CP Carga, entre 2010 e 2013 a CP Carga perdeu 21,5% dos seus trabalhadores, passando de 746 para 585 trabalhadores. Esta tem sido a consequência mais visível do atual processo de privatização da Empresa, que há anos os sucessivos governos veem implementando. Fruto desta perda de trabalhadores a empresa enfrenta hoje dificuldades operacionais que diminuem a sua capacidade de resposta e abrem espaço à crescente intervenção de concorrentes privados no transporte ferroviário de mercadorias.

Mas não se pense que essa diminuição se deu no plano das estruturas superiores da empresa. Entre 2012 e 2013, por exemplo, os quadros superiores passaram de 22 para 36, as chefias intermédias mantiveram-se (56 para 55) e a redução deu-se nos restantes trabalhadores (de 548 para 497).

Aliás, o mesmo destino teve a anunciada poupança com o facto dos Administradores da CP Carga passarem a ser dois membros do Conselho de Administração da CP. É que os anteriores Administradores passaram a Diretores Executivos e a grande poupança foi um puro ato de cosmética que passou despercebido a muita gente. E se alguma consequência teve foi a degradação da autonomia da CP Carga.

Na CP Carga é perfeitamente visível a verdadeira face dos «cortes» em curso. Veja-se o facto de o crescimento das despesas com juros entre 2010 e 2013 (5,9 Milhões de Euros, de 1,7 para 7,6) ter sido similar à redução nas despesas com remunerações no mesmo período (6,1 Milhões de Euros, de 20,5 para 14,4). Ou seja, que todos os despedimentos, todos os roubos por via do Orçamento de Estado, todos os não cumprimentos do Acordo de Empresa, tiveram como único resultado real arrecadar uns milhões a mais para entregar à banca.

Tudo isto é possível pelo facto de, na lógica neoliberal e neocolonial que está a arrasar com o país, o transporte ferroviário de mercadorias, ser visto como mais uma oportunidade de negócios a entregar aos grupos económicos, custe o que custar – quando o que se impõe é que rapidamente cresça a consciência de que o transporte ferroviário de mercadorias é uma

componente essencial para a defesa e dinamização da economia nacional.

É no quadro dessa lógica que o Governo anunciou a transferência dos terminais de mercadorias da CP Carga para a REFER. Esta medida retiraria mais de 1,5 milhões de euros de receitas à CP Carga (361 mil de prestação de serviços a terceiros e 1,093 milhões da concessão de espaços a terceiros), e provocaria o significativo crescimento das suas despesas, pois passaria a pagar pela utilização do que hoje administra.

Face ao exposto, ao abrigo do disposto na alínea d) do Artigo 156.º da Constituição da República Portuguesa e em aplicação da alínea d), do n.º 1 do artigo 4.º do Regimento da Assembleia da República, perguntamos ao Governo, através do Ministério da Economia, o seguinte:

1. Vai o Governo prosseguir com a destruição da CP Carga no quadro da pulverização do Sector Ferroviário Nacional?
2. Qual a lógica (que não seja a do desmantelamento) de autonomizar uma empresa e de seguida retirar-lhe toda a autonomia de gestão?
3. Não será a privatização o verdadeiro destino dos Terminais de Mercadorias que o Governo quer enviar para a REFER, num quadro em que quer fundir a REFER com as Estradas de Portugal e quer vender ou concessionar tudo o que puder do seu património para garantir «*fast wins*»?
4. Para quando a correção do caminho que tem sido imposto ao país? Para quando a reconstrução de um forte, uno e público sector ferroviário nacional?

Palácio de São Bento, terça-feira, 2 de Setembro de 2014

Deputado(a)s

BRUNO DIAS(PCP)